

EDVIGES IORIS

CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM POPULAÇÕES LOCAIS:
O CASO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum
de Pesquisa 03: "Conflitos Socioambientais e
Unidades de Conservação".

BRASÍLIA

Julho de 2000

“Eles chegaram aqui para fazer o levantamento dizendo: “Nós somos do IBDF. O IBDF é um órgão do governo e nós somos autorizados a fazer um levantamento de tudo do que vocês fazem, do que plantam, de tudo o que possuem. É uma ordem do governo”. Ninguém aqui ousou perguntar o que era e o que não era. Até então, ninguém sabia o que era o IBDF. Foi a primeira vez que vieram aqui. Vieram de voadeira. Veio um cidadão de nome Paulo, que era o cara que fazia o serviço. Mas ninguém sabia o que era o IBDF nem qual a finalidade do que eles queriam, e a gente começou a dar tudo o que o que a gente tinha: quantos anos vivia aqui; o que tinha; o tamanho da área para trabalhar; de tudo isto eles faziam esta pergunta. Todo mundo deu. Aí, nesta altura, eles diziam que a história era que depois de fazer o levantamento eles iam fazer uma análise para que todos fossem indenizados e saíssem daqui. Por este motivo a gente resistiu, a gente achou que não devia ser assim” (Morador de uma das comunidades da FLONA Tapajós)

INTRODUÇÃO

O Brasil criou a maioria de suas unidades de conservação nas décadas de 1970 e 1980. Neste período foram criadas sessenta e nove unidades a nível federal, que se somaram as apenas quatorze criadas até o período anterior. A maior extensão destas áreas foi criada na Amazônia, incluindo as várias categorias: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Floresta Nacional, Área de Proteção Ambiental e Reserva Extrativista. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estas unidades dividem-se em duas categorias: as de uso direto, nas quais são permitidas atividades econômicas restritivas que promovam um manejo sustentado dos recursos naturais; e as de uso indireto, nas quais é vedada qualquer atividade que possa alterar ou comprometer a preservação dos recursos naturais (IBAMA/FUNATURA 1989).

A importância da criação destas áreas para a elaboração das políticas ambientais da região tem sido discutida por vários autores, os quais têm enfatizado este intenso movimento de criação de unidades de conservação que ocorreu durante a

¹ Aluna do curso de doutorado em Antropologia Cultural da Universidade da Flórida.

década de 1974-84, a qual foi eufemisticamente considerada a “década de progresso para os parques nacionais da América do Sul” (Wettemberg et alii 1985, Guimarães 1991, Forest 1991, Barreto 1997, Diegues 1998). Barreto chama a atenção para a coincidência entre este período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil e a denominada “década de destruição” da floresta Amazônica. Como o autor salienta, “foi no âmbito das mesmas políticas de desenvolvimento e integração nacional para a região (as mesmas que têm sido historicamente responsabilizadas pelos desmatamentos na região) que foram geradas e implementadas as primeiras e mais importantes unidades de conservação da Amazônia (Barreto 1997:4).

A importância da criação destas áreas protegidas tem sido discutida também em relação aos conflitos que estas unidades têm gerado para as populações locais, especialmente, pela sobreposição dos limites sobre seus territórios. (Leroy 1991, Diegues 1994, Acevedo 1993, Moreira et alii 1996). Com exceção das Reservas Extrativistas, todas as demais unidades de conservação no Brasil foram criadas prevendo a ausência de moradores no interior da área core. Como Diegues enfatiza, a criação destas unidades de conservação seguiu o modelo norte-americano de Parques Nacionais desenvolvido no final do século passado, o qual foi concebido a partir do conceito de “wilderness”, no sentido de grandes áreas desabitadas (Diegues 1994:24). Mesmo assim, apesar desta exigência por ausência de moradores, grande parte destas unidades de conservação tiveram seus limites sobrepostos sobre as áreas das populações locais, conflitando, desta forma, com os interesses destas populações em permanecer em seus territórios. Em muitos casos, a criação destas unidades de conservação tem gerado disputas traumáticas com as populações locais, pois a sua implementação tem implicado na desapropriação destas populações de suas terras.

Apesar desta sobreposição territorial, e as implicações para o deslocamento destas populações, estas populações não tem tido nenhuma participação na eleição e definição destas unidades de conservação. Na introdução dos anais do “Seminário Internacional Sobre Presença Humana em Unidades de Conservação”, que ocorreu em Brasília em 1996, os autores afirmam que estas unidades “foram criadas por decreto, e não houve nenhuma tentativa de envolver a sociedade civil, e muito menos as populações locais, nos debates sobre a conveniência ou não de sua criação (Moreira et alii 1996:12). A Floresta Nacional do Tapajós (FLONA Tapajós), criada em 1974 no município de Santarém, no estado do Pará, é um exemplo destes procedimentos que não só desconsideraram as populações locais, como também só

as informaram da criação da unidade quando medidas para desapropriação já estavam em curso, conforme ilustra o relato da epígrafe. Completamente desconsideradas do processo de criação, as comunidades locais renegaram as tentativas de desapropriação e têm rejeitado as propostas de delimitação de uma área que elas consideram insuficientes para suprir suas necessidades.

Este texto enfocará o processo de criação da FLONA Tapajós e o conflito gerado com as 18² comunidades que se localizam na margem direita do Rio Tapajós. O objetivo é apresentar a perspectiva das comunidades frente a criação da reserva, situando o conflito no contexto mais amplo de criação das unidades de conservação do Brasil ao longo da década de 1970. Ao focar este processo, eu proponho discutir os dados obtidos no levantamento que eu realizei sobre estas comunidades em 1996, como parte do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PROMANEJO/PP-G7). Este levantamento foi realizado com objetivo de subsidiar o processo de definição de uma área para as comunidades que estava em curso naquele momento. Eu estive em campo em três momentos para a realização deste levantamento: no primeiro, em fevereiro, eu participei de um workshop de dois dias, que ocorreu em Santarém com o objetivo de definir os objetivos e a metodologia do levantamento das informações; na segunda vez, entre março e abril, para o levantamento de campo junto as comunidades; e na terceira vez, no workshop final, em julho, para apresentação dos resultados.

A CRIAÇÃO DA FLONA TAPAJÓS E AS POPULAÇÕES LOCAIS

Entre as unidades de conservação no Brasil, as Florestas Nacionais são categorizadas como aquelas de *uso direto*. Estas unidades, assim com as de *uso indireto*, contemplam a proteção dos recursos naturais, especialmente aquelas de excepcional beleza cênica, proteção dos recursos aquáticos, e a produção do conhecimento sobre os recursos naturais através de pesquisa e atividades de educação ambiental. Mas, diferentemente das unidades de *uso indireto*, que não permitem qualquer atividade que possa alterar a conservação dos recursos naturais, as Florestas Nacionais, entre outras atividades, prevêm a exploração de madeira em escala industrial. Seguindo estas características, a FLONA Tapajós foi criada com uma área aproximada de 600.000 ha, cujas fronteiras limitam com o Rio Tapajós, ao oeste, a rodovia Santarém-Cuaibá (BR 161), ao leste, e a Transamazônica, ao sul..

²As 18 comunidades são: São Domingos, Maguari, Jamaraquá, Acaratinga, Pedreira, Piquiatuba, Marituba, Nazaré, Marai, Tauari, Pinim, Taquara, Paraíso, Itapaiuna, Jatoarana e Itapuama.

Contemporânea a implementação destas duas rodovias, a criação da FLONA Tapajós também está inserida no contexto das políticas de desenvolvimento e expansão das fronteiras amazônicas, que foram implementadas pelos governos militares a partir de finais de 1960. Baseado nestas políticas, o governo federal promoveu vários projetos de desenvolvimento por toda a região. Amazônica, tendo como suporte o Programa de Integração Nacional (PIN). Visando, principalmente, diminuir as pressões por reforma agrária no sul e nordeste do país, o PIN foi delineado para promover o estabelecimento de 100.000 agricultores na região através dos projetos de colonização (Velho 1975, Schmink e Wood 1984, Iani 1979, Forest 1991). Promovendo um modelo de ocupação agrícola, o PIN também suportou a implementação de uma extensa rede de estradas para facilitar os a ocupação dos espaços considerados “vazios”. Neste processo de ocupação da fronteira amazônica, o traçado das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuibá apresentavam uma importância estratégica fundamental para interconectar o país de norte a sul, de leste a oeste. É sugestivo que é precisamente neste ponto, onde estas duas rodovias interceptam-se, que a FLONA Tapajós foi estabelecida.

Ao mesmo tempo em que estava promovendo uma ampla ocupação das fronteiras amazônicas, o PIN também estava promovendo um intensivo levantamento florestal, o qual foi desenvolvido entre os anos de 1972 e 1975, ao longo de uma faixa de 100 km ao norte e sul da Transamazônica, nas micro regiões de Itaituba, Altamira e Marabá. O objetivo destes levantamentos era definir áreas que seriam designadas para proteção ambiental, em forma de parques nacionais, e fornecer orientação para o uso dos recursos naturais aos projetos de colonização do INCRA, que estavam sendo implementados ao longo da Transamazônica e da Santarém-Cuibá (IBDF/GOA 1975). Estes levantamentos realizados no início de 1970 deram base para um intenso processo de criação de unidades de conservação, que se iniciou em 1974 com a criação de Floresta Nacional do Tapajós e o Parque Nacional da Amazônia, ambos na região do baixo Tapajós.

Apesar da FLONA Tapajós e do Parque Nacional da Amazônia pertencerem a categorias diferentes em relação aos seus usos, as duas não permitiam a presença de qualquer residente no interior de seus limites³. No caso da FLONA Tapajós, embora prevendo a ausência de moradores, não foi realizado nenhum levantamento populacional ou fundiário previamente a sua criação. Mesmo assim, seus limites

incidiram sobre a área de vários núcleos populacionais. Os limites da FLONA Tapajós recaíram sobre as áreas de dezoito comunidades localizadas na margem direita do rio Tapajós; da comunidade São Jorge, localizada na margem da rodovia Santarém-Cuibá, na chamada área de planalto; núcleos familiares que se encontravam nas margens do rio Cupari, região central da Flona; e ainda sobre a sede do município de Aveiros, o qual havia sido criado em 04 de abril de 1962. Além das áreas destes núcleos populacionais, os limites da Flona incidiram também sobre parte dos lotes do Projeto de Integrado de Colonização Itaituba (PIC-Itaituba), no qual, em 1973, já estavam assentadas 571 famílias (Ianni 1979:62).

Como a definição legal das Florestas Nacionais exigia a ausência de moradores no interior dos limites, a imposição dos limites da FLONA Tapajós sobre a área destas comunidades gerou um intenso processo conflitivo. Como medida para a implementação da unidade, o IBDF⁴ começou um processo de desapropriação das populações locais de suas áreas, cujos procedimentos foram contestados, reivindicando o direito de permanecer em suas terras. Apesar desta demanda, o IBDF chegou a desapropriar diversas famílias ao longo da rodovia Santarém-Cuibá, no rio Cupari, e na margem direita do rio Tapajós, extinguindo, desta forma, comunidades como São João, Jacamim e Terra Rica (Leroy 1991, IBAMA/MIRAD 1988). No local desta última foi instalada uma base do IBDF, hoje IBAMA. Da mesma forma, a implantação da Flona Tapajós chocou-se com os objetivos do projeto de colonização do INCRA, o PIC-Itaituba, que estava assentando famílias na mesma área cuja destinação previa ausência de moradores permanentes.

A imposição dos limites da FLONA Tapajós sobre as áreas destas comunidades tem gerado um clima de instabilidade por conta de vários fatores. Primeiro, pela eminência em ser desapropriadas de suas terras. Segundo, pela colisão de competências nas esferas administrativas, do nível municipal ao nível federal, e mesmo entre as esferas federal, como o INCRA e o IBDF. Além disso, pela indefinição sobre as formas de utilização dos recursos naturais que elas vinham tradicionalmente desenvolvendo. Tal situação tem tido implicações diversas para os diferentes setores populacionais. Neste momento há pouca informação disponível sobre os procedimentos e os efeitos em relação a cada um dos setores populacionais. A maioria dos documentos encontrados nos arquivos do IBAMA referem-se às

³ As Florestas Nacionais passaram a permitir a permanência dentro dos limites das FLONAs de "populações tradicionais" que comprovadamente habitavam a área antes da criação da unidade através do decreto nº 1298 de 27 de outubro de 1994.

comunidades que estão estabelecidas ao longo Rio Tapajós, o que pode ser um indicativo que os embates com estas comunidades foram mais fortes do que com os outros setores. Em 1996, estava tramitando um projeto-lei no Congresso Nacional para a exclusão das áreas populacionais da FLONA Tapajós. Atualmente, este projeto lei foi substituído por outro que propõe a exclusão apenas da área do município de Aveiros, e dos 48 lotes do INCRA ainda restantes. Para os demais setores populacionais, a sobreposição de limites continua em processo de negociação.

AS 18 COMUNIDADES DA MARGEM DIREITA DO RIO TAPAJÓS

De uma forma geral, as pessoas das 18 comunidades localizadas ao longo do Rio Tapajós, na área da FLONA Tapajós, eram identificadas como “*cabocla*”. Elas também usavam se identificar como “*caboclo*”. Às vezes, o “*caboclo*” era mais especificado como “*caboclo do Tapajós*”, ou “*caboclo da FLONA*”. Muitas vezes, eu ouvi também os “*caboclo da FLONA*” se identificar como “*sindicalizado*” (no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém). Há um número diverso de formas com que estas pessoas e suas comunidades são identificadas e representadas. Eu não pretendo discutir aqui as várias faces destas representações, nem os diversos “caboclos” enfocados pela literatura antropológica visando distingui-los do “caboclo da FLONA”⁵. No alcance deste texto, eu vou me restringir apenas aos aspectos mais manifestos destas identificações observadas no levantamento realizado em 1996, objetivando destacá-las no contexto da FLONA Tapajós, cuja criação teve impactos diversos na vidas das pessoas locais.

Embora o conflito da FLONA Tapajós seja bem conhecido, há pouca informação sobre as comunidades locais. O único estudo que faz referência à estas comunidades é o intitulado “Uma Chama na Amazônia” de Leroy (1991), o qual enfoca os movimentos sociais que ocorreram na região de Santarém durante os anos de 1970-80. Neste estudo, o autor aborda o movimento de resistência empreendido pelas comunidades da FLONA juntamente com outras mobilizações que ocorreram na região naquele período, grande parte articulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. As demais informações restringem-se a documentos oficiais ou de caráter jornalístico. Por outro lado, T. Lins e Silva (1980), em sua dissertação de mestrado enfocou a “*cultura cabocla*”, com base em uma comunidade, também,

⁴ IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), mais tarde substituído pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

⁵ Há uma extensa literatura abordando o “caboclo” na região Amazônica, na qual destacam-se os trabalhos de Wagley (1969, 1985), Cardoso de Oliveira (1976), Oliveira (1979), Aquino (1981).

situada na região de Santarém. Em muitos aspectos, este estudo de Lins e Silva apresenta características muito próximas daquelas observadas entre as comunidades da FLONA Tapajós.

Do ponto de vista de suas organizações internas, as comunidades que se encontram na FLONA Tapajós consistem em pequenos núcleos familiares que se formaram através das gerações, resultantes de diferentes conformações históricas. A formação histórica de algumas destas comunidades, como Piquiatuba, Marai, Pinim, remonta ao período do movimento nativista conhecido como “Cabanagem”, o qual se desencadeou no Estado do Pará a partir da década de 30 do século passado e se insere entre os movimentos separatistas do recém-criado Estado Nacional Brasileiro. Segundo os moradores locais, seus antepassados chegaram na área fugindo dos embates que estavam sendo travados por este movimento na região de Santarém, conforme informa o depoimento de Taumaturgo Castro Neves, a pessoa mais idosa da comunidade de Piquiatuba:

“Minha bisavó contava que ela morava em Alter do Chão. Lá era a moradia deles, onde faziam roçado, quando declarou-se a guerra da Cabanagem, que foi uma guerra dos brasileiros que se formaram “cabanos” para acabar com os portugueses. Aí, quando declarou-se a guerra eles correram. Ela contava que correram para se livrar porque minha tia era casada com português. O primeiro lugar que eles ficaram foi ali no Porto Novo, como chamam. Mas ali não estava bom, aí eles vieram para o Bararoara⁶ Eles trabalharam uns tempos por ali, mas não estava bom e foram para o Marai⁷. depois a guerra foi fracassando, até que acabou. Mas durou mais de vinte anos. Aí eles ficaram libertos por aí. O povo que veio de Alter do Chão se livraram todos por aí, se espalharam pro Tauarí, outro pro Marai, outro pro Pinin, todos procurando terras melhores pra trabalhar. E nós paramos aqui”.

De acordo com seu Taumaturgo, sua bisavó e seus familiares acaram se fixando em Marai onde ele nasceu. Em 1912, quando estava com quatro anos, sua avó e sua mãe retornaram para o local onde hoje é Piquiatuba para trabalhar com Miguel Alves, cortando lenha que era vendida para as embarcações movidas a vapor. Neste momento apenas Miguel Alves com sua família se encontrava no local.

⁶ Bararoara é um igarapé que se localiza na divisa da comunidade de Piquiatuba com Pedreira.

⁷ Marai é a segunda comunidade depois de Piquiatuba, subindo o Rio Tapajós.

“Quando nós passamos de marai pra cá, eu tenho bem na mente, aqui só tinha três casas. O peso do povo era lá naquele local, naquele igarapé que chamam Bararoara. Lá tinha muita gente, prova que fizeram um cemitério lá. Do cemitério pra cá não tinha ninguém, era uma mata só... Então, este Miguel Alves fez casa aqui, tinha a casa de minha avó, Maria Antonia, e uma casa de uma velha chamada Rosalina, preta-velha, foi criada deste Miguel Alves, viveu muitos anos, morreu não faz muito tempo. Ela não teve filho, só filha e dois netos, que morreram antes que a velha”.

Foi em torno destas duas famílias que , a de Miguel Alves e a de Taumaturgo Castro Neves, que a comunidade de Piquiatuba se constituiu, Além destes dois núcleos familiares, há mais três localizados mais no interior da mata, um denominado “Vai-Quem-Quer , outro “Leal”, e outro “Brejo”. Estes três núcleos são menores em termos populacionais, se comparados com os dois anteriores, e foram constituídos mais recentemente. Estes núcleos familiares apresentam uma proximidade espacial distribuição em termos de moradia e terras cultivadas. As pessoas do núcleo de Miguel Alves e de Castro Neves, que têm suas moradias ao longo do Rio Tapajós, cultivam suas terras em direção ao centro da floresta, em uma distancia média de 4 a 5 km. Há uma tendência das pessoas de cada um destes núcleos familiares de cultivar suas terras uma próxima da outra na mesma direção. Embora tendência espacial, as terras cultivadas não são sempre contíguas, às vezes elas podem estar sobrepostas com as terras das famílias do outro núcleo.

A tendência de uma organização social baseada em núcleos familiares estava expressa também em termos religiosos. Enquanto as pessoas do núcleo de Miguel Alves seguiam a religião Católica, as pessoas do núcleo de Taumaturgo Neves seguiam a Igreja Evangélica da Paz. Cada um deles tinha seus próprios templos onde eram os cultos eram realizados semanalmente. Além disso, com exceção do núcleo do Leal, cada um dos demais núcleos possuía um time de futebol, e um campo, onde eram realizados os jogos, os quais se localizavam perto de seus locais de moradia. Os dois núcleos familiares, o de Miguel Alves e o de taumaturgo Neves, haviam formalizados seus respectivos times fundando, cada um deles, uma associação esportiva, a primeira denominada Esporte Clube Santa Terezinha, e a segunda, Esporte Clube Fluminense.

Superpondo a organização social baseada nos núcleos familiares, encontram-se também as associações comunitárias, através das quais as pessoas se identificam

como “comunidade”. Lins e Silva discute a criação destas associações comunitárias na região de Santarém, as quais foram motivadas pela Igreja Católica através das *Comunidades Eclesiais de Base*, durante os anos 1960-70. Ressaltando a importância destas associações comunitárias, a autora observa que “*comunidade*” era mais do que uma unidade política-administrativa-territorial, elas constituíam a própria organização social do grupo” (Lins e Silva 1980:154). Enquanto eu estava entre as comunidades da FLONA era muito comum eles se referirem a um tempo em que ainda “não eram comunidade, só família mesmo”. Os significados destas associações comunitárias entre as comunidades da FLONA ainda é um tema a ser melhor investigado. Por ora, importa ressaltar a complexidade e dinâmica em suas formas de organização social.

As mesmas características da estrutura organizacional encontradas em Piquiatuba também foram observadas na comunidade de Taquara. No entanto, enquanto Piquiatuba se constitui em vários núcleos familiares, apresentando um organização social mais complexa, a comunidade de Taquara consiste de apenas um único núcleo familiar, o qual foi constituído pelo primeiro casal que se estabeleceu no local em finais do século XIX, Segundo seus descendentes, os primeiros residentes de Taquara foram Simplício Pinto Assunção, que foi referenciado como “filho de português com índio”, e Maria Porquéria. O casal chegou na região em 1989, quando iniciaram uma pequena criação de animais. Eles não tiveram filhos, mas adotaram duas crianças, uma menina de nome de nome Izabel, e um menino de nome Inácio. Em 1908, Izabel casou-se com Manoel Ribeiro dos Santos, que trabalhava em embarcações fluviais, mas que depois do casamento abandonou sua profissão para se estabelecer junto ao seu sogro. Eles tiveram quatro filhos, e é o núcleo familiar gerado por Simplício a Maria Porquéria que está baseada a atual organização social da comunidade de Taquara.

Entre as comunidades da FLONA há ainda aquelas como a de Acaratinga, cujos maioria dos residentes são oriundos dos projetos de colonização que estavam sendo implementados ao longo da Transamaônica. Apesar das distinções que podem ser estabelecidas entre estas comunidades em termos de constituição histórica, de uma forma geral, elas apresentam algumas das características identificadas por Almeida (1989) entre as famílias camponesas que na Amazônia desenvolvem um sistema de uso de terra. Segundo este autor, “estas famílias não compõem um grupo auto-limitado”, mas por todo calendário agrícola elas estabelecem padrões de ajuda mútua com outros grupos familiares, para desenvolver as atividades como a limpeza da área a ser cultivada, a colheita do arroz ou feijão. Em relação ao padrão de

ocupação da terra, esta não é considerada “um bem sujeito à apropriação individual em caráter permanente. O movimento de ocupação adquire sua expressão mais concreta nos pequenos aglomerados que vão se formando próximo aos novos locais de plantio que os camponeses, com o encapoeiramento dos antigos roçados, estabelecem, sucessivamente, no interior das extensões das matas” (Almeida 1989:183).

Este padrão de uso da terra também implica algumas áreas de domínio comum, mesmo que a exploração dos recursos seja feita individualmente. Este aspecto é especialmente saliente em relação as “*áreas de mata*”, onde são realizadas as atividades extrativas dos produtos da floresta e a caça. Em seu estudo sobre a cultura *cabocla*, Lins e Silva observa que a *mata* “expressa a identificação dos caboclos com a natureza em oposição a outros grupos camponeses da região” (Lins e Silva 1980:28). Para esta autora, a *mata*, enquanto unidade de produção *cabocla*, cujas atividades são orientadas por um complexo de valores, símbolos e crenças é fundamental para o entendimento da especificidade deste grupo social.

Não obstante a importância da mata para a unidade produtiva familiar, para os *caboclos* da FLONA Tapajós, a criação da reserva afetou particularmente sua relação com as *áreas de mata*. Como veremos adiante, desde a criação da FLONA, as atividades de caça tanta quanto outros recursos florestais foram severamente limitados por conta dos regulamentos da unidade de conservação. Quando eu estava em campo, a atividade de caça era praticamente um tema tabu para ser comentado, pois as pessoas temiam repressões por parte de direção da FLONA. Além disso, eles me mostraram diversas áreas no interior da mata que eles disseram que costumavam trabalhar, mas que haviam parado por proibição da direção da FLONA. Embora estes aspectos ainda demandam mais investigações, é importante ressaltar que, em qualquer circunstância, o conhecimento sobre estas comunidades passa necessariamente pela compreensão da sua relação com a FLONA Tapajós, cuja criação e regulamentação alterou profundamente suas tradicionais formas de organização social e manejo dos recursos naturais. É, principalmente, no embate entre suas diferentes formas de entendimento sobre os recursos naturais que a relação entre a FLONA Tapajós e as comunidades que lá se encontram deve ser entendida, assim como a resistência empreendida por estas comunidades não só para evitar a desapropriação de suas terras, como, também, para garantir área que reivindicam.

O PROCESSO DE RESISTÊNCIA: O PICO DO IBDF E O PICO DAS COMUNIDADES

Como já foi previamente mencionado, O IBDF não realizou nenhum levantamento populacional e/ou fundiário previamente a criação da FLONA Tapajós. As primeiras informações sobre as comunidades que lá se encontravam foram produzidas somente em 1978, quando o IBDF começou um levantamento para desapropriá-las de suas respectivas áreas. O relatório contendo os resultados deste levantamento é o único documento que eu encontrei nos arquivos do IBAMA que apresenta procedimentos adotados pelo órgão entre 1978 e 1983. Segundo as comunidades, foi através deste levantamento que as elas ficaram sabendo da criação da FLONA e de que elas seriam desapropriadas de suas terras, como vimos na epígrafe inicial. As comunidades por seu lado, não aceitaram as propostas de desapropriação e empreenderam um forte movimento de resistência.

Em resposta a esta resistência, o IBDF, então, decidiu excluir uma área da Flona para as comunidades. A decisão de excluir uma área para elas foi apresentada para alguns de seus membros em uma reunião no dia 09 de maio de 1983, na sede do IBDF em Santarém. O relatório da reunião não informa o tamanho da área que seria destinada, apenas afirma de que todas as pessoas presentes à reunião “foram unânimes em aceitar a proposta do IBDF” (IBDF/FLONA Tapajós 1983). Segundo as pessoas das comunidades com quem conversei durante o levantamento em 1996, o IBDF havia promovido esta reunião com pessoas das comunidades convidadas aleatoriamente, e que elas não eram reconhecidas como seus representantes e, portanto, não tinham legitimidade para negociar.

Embora este encontro tenha ocorrido em maio, no mês anterior, em abril, o IBDF já tinha contratado os serviços topográficos do 8º Batalhão de Construção e Engenharia do Comando Militar da Amazônia (8º BEC) para excluir 27,600 ha da FLONA para as comunidades. Esta área tinha uma extensão média de 4 km da beira do rio em direção ao interior da mata, menos da metade da área reivindicada pelas comunidades. Quando o 8º BEC estava executando os serviços de demarcação da área, em setembro, as comunidades foram até o local e impediram a continuação dos trabalhos. A paralisação dos trabalhos foi notificada pelo 8º BEC ao IBDF, através de ofício, o qual consta que: “Devido ao estado de tensão reinante na área há preocupação deste Comando quanto à segurança dos funcionários desta Unidade” (BEC, ofício nº 11/STS). Segundo as comunidades, a demarcação dos trabalhos foi

interrompida porque a área não contemplava suas reais necessidades, como ilustram estes depoimentos:

“Quando o 8º BEC foi contratado para demarcar a área, esta área era muito pequena e não daria nem vinte hectares para cada família. Aí a comunidade foi lá e impediu que o trabalho fosse feito porque seria um prejuízo para nossas famílias. Se ficasse só vinte hectares por família o que seria daqui alguns anos? Onde iríamos trabalhar?”

ou

“A gente não aceitou este pico do IBDF porque a gente achou que era pouco para o pessoal. Só deixava só areia mesmo, e nós íamos perder para sempre a oportunidade de lá do barro, lá da mata, porque lá esta a andiroba, o cipó titica, a castanha, a maçaranduba, o breu para calafetar canoa, a caça...”

Em decorrência deste impasse, o contrato entre o IBDF e o 8º BEC para a realização dos trabalhos de topográfico foi rescindido no mês seguinte. O significado para as comunidades destas áreas *“de floresta, onde está andiroba, o cipó-titica, o breu para calafetar canoa, a caça...”*, não pode ser vista somente de um ponto de vista econômico destas comunidades, mas também para a reprodução de seu universo cultural. Como Lins e Silva (ibid.) enfatiza, as *áreas de mata* são fundamentais para a unidade produtiva da família cabocla porque estas áreas fornecer m grande parte do consumo diário, provendo a caça e a extração de produtos florestais que são usados para vários propósitos, tais como alimentação, construção de barco e moradia, medicinal, etc. Além disso, em termos de identidade cultural, as áreas de mata conferem ao *caboclo* distintividade em relação aos demais grupos sociais da região. Para as comunidades da FLONA, além destes aspectos, as *áreas de mata* também significam o estabelecimento das *“colônias”*, as quais são um componente fundamental na constituição e dinâmica da unidade produtiva das familiar.

As colônias, ou sítios, como também são denominadas, consistem em uma área localizadas no interior da mata, em torno de 5 a 7 km de distância da margem do rio, nas chamadas *“áreas de centro”* ou de *“planalto”*. Nestas *colônias* as famílias dispunham de uma casa e todas as demais unidades produtivas como o roçado, a casa de farinha, e, em muitos casos, um seringal. Historicamente, estas famílias intercalavam suas moradias entre estas *colônias* e as chamadas *áreas de beira* durante as duas estações do ano.

No período das chuvas (de dezembro a maio), nas áreas de colônia, e no período da estiagem (de junho a novembro) nas áreas de beira. Através desta dinâmica de intercalar suas moradias nestas duas áreas, as famílias desenvolviam formas específicas de organização social e produtiva e também de manejo dos recursos naturais. Era através desta dinâmica de intercalar diferentes unidades de produção que as comunidades estabeleciam uma relação com o mundo natural e a reprodução de seu universo simbólico, cuja compreensão ainda demanda estudos mais aprofundados. Mas, mesmo assim é importante salientar que a rejeição da área proposta pelo IBDF tem vários significados, que vão muito além da simples obtenção dos produtos florestais. Ela significa a resistência à uma forma culturalmente específica de organização social e de relacionamento com o mundo natural.

É desta perspectiva que deve ser entendido o processo de resistência das comunidades para evitar as desapropriação, e, mais tarde, a demarcação de uma área que eles consideraram insuficiente para a reprodução de suas organizações social, econômica e cultural. Como Enfatiza Oliver Smith enfatiza, ao focar os processos de resistência aos deslocamentos involuntários, as pessoas *“estão insistindo de que território não consistem apenas de recursos, mas também a base de uma forma particular de vida que elas tem o direito de manter”*⁸ (Oliver-Smith 1996:96). Desta forma, buscando manter estas áreas de mata, que constituem uma parte fundamental do seu universo econômico e cultural, as comunidades decidiram fazer sua própria demarcação da área que elas consideravam apropriada para suas necessidades. Assim, em maio de 1984, oito meses após a tentativa do IBDF de demarcação de área, as comunidades realizaram sua linha demarcatória, com uma extensão em torno de dez km da margem do Rio Tapajós ao centro da mata. Esta linha demarcatória foi denominada “Pico das Comunidades” em oposição ao “Pico do IBDF”. O depoimento a seguir ilustra como este processo ocorreu:

“Nós juntamos as comunidades e decidimos em assembléia junto com o Sindicato, que nos apoiava, partir para cortar o pico de dez quilômetros. A gente se juntava em Piquiatuba porque lá era o centro. Nós fizemos três assembléias com duzentos pessoas cada uma para decidir. O Pensamento era de dez quilômetros. Para cortar o pico nos levamos umas três semanas, porque era difícil. Nós subíamos igarapé, montava alojamento, uns medindo, outros

⁸ “they are insisting that territory not only consist of resources, but also the basis of a particular way of live that the people have a right to maintain” (Oliver-Smith 1996:96).

cortando. Quando era sábado, nós baixávamos; quando era segunda-feira, nós subíamos de novo. Cada comunidades subia e fazia o seu pico, e nós nos encontrávamos lá em cima. Tivemos muita resistência. Tinha que ver que espírito de resistência nós tivemos aqui!

Após a realização desta demarcação, todos os anos, em maio, as comunidades usavam se reunir para mantê-lo limpo. Embora a materialização desta linha demarcatória, o IBDF, e depois o IBAMA, nunca reconheceu os limites reivindicados pelas comunidades. Por outro lado, as comunidades têm mantido extra-oficialmente o domínio da área através de uma constante mobilização, cuja dimensão necessita maiores estudos para uma compreensão mais apurada. Neste momento, eu vou me restringir a alguns aspectos deste processo de disputa que tem se estabelecido na relação das comunidades com a FLONA Tapajós, que, em parte, ajuda a entender a complexidade e longa demora em resolver a questão fundiária das comunidades.

Um deste aspectos está relacionado às restrições no estabelecimento dos roçados em áreas com árvores abaixo de vinte anos. Ao ser questionado sobre estas restrições, o então chefe da FLONA me falou que não havia “proibição”, mas uma “orientação” em relação às áreas a ser cultivadas. Para as comunidades esta “orientação” acabou afetando, especialmente, as áreas de colônia/sítio. Por conta desta imposição, as comunidades não puderam mais estabelecer suas colônias nas áreas de centro, ou de planalto, como faziam tradicionalmente. Desta forma, as famílias restringiram suas moradias nas áreas de beira, quebrando a dinâmica de intercalar suas moradias a cada nova estação. Além das interferências nas suas formas de organização social e econômica, vistas anteriormente, as pessoas das comunidades, de uma forma geral, reclamaram que esta restrição tem causado um exaustão dos solos e outros recurso devido a exploração excessiva que não permite a sua regeneração. O depoimento de um morador das comunidades é ilustrativo desta interferência na organização produtiva destas comunidades:

“Foi um período que o IBDF falou que as benfeitorias que ficavam acima dos sete quilômetros, onde as pessoas trabalhavam, tinha mangueira, cupuazeiros, onde eram os sítios, que seriam indenizadas. Com isto motivou que nós deixássemos de trabalhar na área de planalto. Isto foi uma implicância do IBDF porque ele disse que indenizaria. Aí nós ficamos trabalhando só na área de

areia. Mas só teve promessa de indenização, nunca houve indenização. Hoje as pessoas estão só na área de areia, onde tem muita saúva e a produção é mínima...”

As reclamações das comunidades dão um indicativo de que estas restrições de uso de área podem não só estar interferindo suas organizações sociais e econômica, mas também o ambiente natural. São aspectos que mereceriam maiores investigações. Para o presente objetivo, é importante notar que para a perspectiva das comunidades, as restrições de uso de uso área as forçaram a restringirem-se somente na área em o IBDF estava tentando demarcar, ou seja, somente na área de beira. Estes procedimentos tomados em relação às comunidades locais produziram um constante clima de tensão e desconfiança. Esta situação piorou em 1989, quando o IBAMA elaborou o projeto “Manejo da Floresta Nacional do Tapajós para Produção Sustentada de Madeira Industrial”. Este projeto foi elaborado conjuntamente com o ITTO (International Timber ? Organization), a agência inglesa ODA (Agência Ultramarinha de Desenvolvimento), EMBRAPA/CPATU (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa do trópico Úmido), com o objetivo de exploração de cinco mil ha de madeira na FLONA Tapajós. No entanto, 25% desta área recai sobre as área reivindicada pelas comunidades. E, da mesma forma que as comunidades paralizaram os trabalhos de demarcação do 8º BEC, elas paralisaram os trabalhos de identificação das espécies que estava sendo feita pela EMBRAPA.

Este último impasse reforçou o clima de tensão existente, mas também favoreceu um novo momento na relação das comunidades com a agência ambientalista oficial. Pela primeira vez foi estabelecido um processo de negociação entre as comunidades e o IBAMA visando resolução da questão fundiária da área das comunidades. Este processo iniciou com uma reunião na qual participaram representantes das comunidades, do IBAMA, das ONGs que estavam trabalhando com as comunidades, como o Projeto Saúde e Alegria, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), Prefeitura Municipal. e outros órgãos governamentais que atuam na região. Neste primeiro encontro, o grupo decidiu a criar um grupo de estudo envolvendo todas as entidades que tinham relação com a FLONA Tapajós, com o objetivo de definir a área das comunidades. Assim, este grupo, denominado Grupo de Estudo da FLONA Tapajós, foi criado oficialmente por um decreto municipal nº 18 do dia 03 de abril de 1992.

Ainda em abril de 1992, este grupo de estudo realizou um encontro de dez dias em Santarém para definir a questão fundiárias das comunidades. Neste encontro, as

comunidades propuseram a destinação de 100ha por família, o que foi rejeitado pelo IBAMA. Frente a divergência no tamanho da área, o grupo decidiu a realização de levantamento sócio-econômico para fornecer informações sobre as necessidades das comunidades. Além desse levantamento, o grupo decidiu, também, conduzir um processo de consulta com as pessoas das comunidades para saber se elas queriam que a área que fosse destinada para elas ficasse inclusa na área da FLONA, ou que fosse excluída da FLONA. O levantamento sócio-econômico foi realizado em junho de 1993, o qual propôs a destinação de uma área de 60,376 ha. Após a realização deste levantamento, iniciou-se o processo de consulta com as comunitários que, embora iniciado em 1993, somente teve sua eleição realizada em 1996, quando uma larga maioria decidiu que a área deveria ser excluída FLONA.

Neste período, novas circunstâncias envolveram a FLONA Tapajós, forçando novos ajustamentos no processos fundiário. A FLONA Tapajós havia sido eleita para o desenvolvimento das atividades do PROMANEJO. Como a indefinição da questão fundiária mostrava-se um dos principais limitantes para a implementação do projeto, foi decidido incluir o apoio à sua resolução como uma das atividades de “pré-investimento”, juntamente com a elaboração de uma proposta de Plano Diretor para a FLONA Tapajós. Desta forma, foi realizado um novo levantamento sobre estas comunidades, do qual eu fiz parte. Como eu mencionei anteriormente, este levantamento foi realizado no primeiro semestre de 1996, cujos resultados apresentaram uma proposta de área de 67,625.91 ha (IMAFLOA/MMA/IBAMA/Banco Mundial 1996).

Com base nestes dados, o IBAMA deveria dar prosseguimento ao processo de definição da área. Contudo, por razões ainda não estudadas, o processo de definição da área das comunidades permanece sem uma solução definitiva. Um segundo momento de minhas investigações eu vou focar precisamente sobre as questões que tem impedido uma resolução definitiva para o problema. Neste momento, eu gostaria de remarcar as evidências que esta disputa entre o IBAMA e as comunidades pelo controle de uma mesma área seguem diferentes entendimentos, interesses e percepções sobre os recursos naturais e as formas de se relacionar com eles. O entrelaçamento entre estas diferentes visões e as formas de lidar com o mundo natural estão base dos conflitos que vem se processando nas unidades de conservação com as populações locais, e cuja superação dependo de um profunda compreensão dos universos que os constituem. Embora só mais recentemente estes conflitos tenham se tornado objeto de preocupação das ciências sociais, eles raízes nas formas

equivocadas e autoritárias como estas populações foram pensadas quando se intensificou o processo de criação de áreas protegidas no Brasil. Para finalizar este, gostaria de olhar para a criação da FLONA Tapajós no contexto da “década de progresso para os parques nacionais”, indicando como seus promotores contemplaram as populações locais.

OS CABOCLOS NO CONTEXTO DA “DÉCADA DE PROGRESSO PARA OS PARQUES NACIONAIS”

Como vimos anteriormente, a criação da FLONA Tapajós e a extensão de seus conflitos com as populações locais são frutos das políticas ambientalistas estabelecidas a parti da década de 1970, quando a criação de áreas protegidas no Brasil teve seu mais forte impulso. A região Amazônica teve uma ênfase especial neste processo. Até este momento, a bacia Amazônica era considerada o vácuo em relação à áreas protegidas na América do Sul, contando apenas com o Parque Nacional do Araguaia, criado em 1959, e mas algumas reservas que nunca chegaram a ser implementadas (Forest 1991, Barreto 1997). Iniciando com o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Tapajós em 1974, ambos na região do baixo Rio Tapajós, o Brasil criou a maioria de suas áreas protegidas nos anos seguintes (1974-84).

Em sua análise sobre a “década de progresso para os parques nacionais da América do Sul”, Forest (1991) observa que este movimento de criação das áreas protegidas seguiu uma racionalidade específica no contexto das políticas de desenvolvimento e integração nacional implementadas pelos governos militares. Segundo o autor, menos preocupado com a proteção dos recursos naturais, a criação destas áreas visava, antes de tudo, uma resposta do governo brasileiro às pressões internacionais, cuja ênfase havia sido dada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972. A posição brasileira nesta conferência havia sido extremamente criticada por defender que os países em desenvolvimento não deveriam sacrificar suas economias por questões ambientais. Com esta posição, o Brasil foi retratado como “obstrucionista e anti-ambientalista pela imprensa internacional (Guimarães 1991).

Segundo Forest (1991), especificamente para a região Amazônica, a posição brasileira conformava com o programa de desenvolvimento que estava sendo implementado na região através do PIN, o qual, no primeiro momento, tinha como meta o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores de todo país na região.

Desta forma, baseado num modelo de ocupação agrícola que implicava intenso desmatamento, o PIN não comportava preocupações ambientalistas. Tal posição começaria a mudar com a reorientação do programa econômico para a região Amazônica em 1974, quando o PIN foi substituído pelo II Plano de desenvolvimento para a Amazônia (II PDA), o qual previa a implementação de quinze “polos de desenvolvimento”, os chamados “Poloamazônia”.

Priorizando, principalmente, a exploração mineral, o Poloamazônia promoveu incentivos fiscais e creditícios e de infra-estrutura para a exploração de intensos reservas de ferro, ouro, bauxita, manganês, para citar alguns. Além da exploração mineral, o programa também visava a exploração madeireira, e os assentamentos agrícolas visados pelo PIN foram substituídas por fazendas de larga escala estabelecidas por empresários do sul do país (Forest 1991, Oliveira 1993). Frente aos grandes impactos ambientais destes polos de desenvolvimento, a criação de unidades de conservação passou a integrar a perspectiva de desenvolvimento como uma resposta às exigências de mitigação dos impactos causados pela larga e intensa exploração dos recursos naturais. Como Forest observa com certa ironia sobre este contexto, “conservação começou a ser compatível com este programa dirigido de desenvolvimento” (Forest 1991:30). Conservação passou a ser criação unidades de áreas protegidas. Desta forma, promovendo a “década para os parques nacionais”, o Brasil demonstraria que havia adotado a agenda ambientalista, como uma tentativa de recuperação de sua imagem no cenário internacional.

O único fator limitante para este ambicioso projeto de criação de unidades de conservação, segundo Forest (ibid.), residia nas populações locais, na medida que estas unidades não previam residentes no interior de seus limites. Analisando através das lentes do IBDF, o autor demonstra que em termos populacionais a única preocupação levada em conta eram com os grupos indígenas porque o órgão queria evitar conflitos de competência com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Em relação aos demais grupos sociais, especialmente aqueles categorizados como os “caboclos” e que eram vistos como uma “ameaça à biota da região”(ibid.:64), a orientação era de que “o futuro providenciaria uma solução para o problema” (ibid.:77). Talvez, foi por estarem conscientes deste entendimento que as comunidades da FLONA Tapajós decidiram providenciar as soluções para garantir o futuro que providenciaria a solução para o problema.

REFERÊNCIAS

- Acevedo, R. & Castro, E. 1993. Negros de Trombetas: Guardiães de Matas e Rios. UFPA/NAEA. Belém, PA.
- Almeida, A.W. 1989. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Indio: Uso Comun e Conflito. Cadernos do NAEA, n° 10, Belém, PA. Pp.163-196
- Almeida, R.R. & Silva, S.S. 1990. Descrição Geral das Comunidades Localizadas na Floresta Nacional do Tapajós (Subsídios para Elaboração de um Projeto de Colaboração Técnica IBAMA/EMATER). Santarém, PA.
- Aquino, T.V. 1981. Os kaxinawá: De Seringueiro Caboclo a Peão Acreano. Master Thesis. PPGAS/ UnB. Brasília, DF.
- Ayres, D. & Ayres, J.M. 1993. A Implantação de uma Unidade de Conservação em Área de Várzea: A Experiência de Mamirauá. In Atas do Congresso International Interdisciplinary Approaches to Biodiversity Conservation and Land Use.
- Barreto, H.T. 1997. Da Nação ao Planeta Através da Natureza. Série Antropologia n° 222, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF.
- Cardoso de Oliveira, R. 1976. Identidade, Etnia e Estrutura social. Livraria Pioneira, São Paulo.
- Cunha, L. 1993. Conflitos de populações Humanas em Unidades de Conservação em Mata Atlântica. NAPAUB/USP. São Paulo.
- Diegues, A.C. 1998. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Hucitec Ed., 2ª Edição, São Paulo, SP.
- Forest, R. 1991. Amazon Conservation in the Age of Development: The Limits of Providence. Gainesville: University of Florida Press.
- Guimarães, R. 1991. The Ecopolitics of Development in the Third World: Politics and Environment in Brazil. Boulder, CO: Lynn Rienner.
- Ianni, O. 1979. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Vozes Ed., Rio de Janeiro, RJ.
- Ianni, O. 1979. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Vozes Ed., Rio de Janeiro, RJ.
- IBAMA/FUNATURA. 1989. Sistema de Unidades de Conservação: Aspectos Conceituais e Legais. Brasília,DF.
- IBAMA/MIRAD. 1988. Documento Resultante da Reunião Sobre a questão Fundiária da Floresta Nacional do Tapajós.
- IBDF/GOA. 1975. Inventário Florestal da Rodovia Transamazônica. Belém, PA.
- IBDF/FLONA TAPAJOS. 1983. Relatório: Reunião com Posseiros da Flona Tapajós com Fins de Regularização Fundiária. 11p.
- IMAFLOA/MMA/IBAMA/Banco Mundial.1996. Plano Diretor e Zoneamento Comunitário da Margem Direita do Tapajós. Programa Piloto Para Proteção Das Florestas Tropicais do Brasil (PP/G7). MMA/IMAFLOA. Piracicaba, SP.

- Leroy, J.P. 1991. Uma Chama na Amazônia. Vozes Ed./FASE. Rio de Janeiro, RJ.
- Lins and Silva, T. 1980. Os Curupiras Foram Embora: Economia, Política e Ideologia em uma Comunidade Amazônica. Masther Thesis. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro.
- Moreira, A. et alii. 1996. Presença Humana em Unidades de Conservação. Anais do Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação. Brasília, DF.
- Oliveira, J.P. 1979. O Caboclo e o Brabo: Nota Sobre Duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica do Século XIX. Encontros com A Civilização Brasileira (11:101-140).
- Oliveira, A.E. 1983. Ocupação Humana. In Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia. E. Salatti, ed. Brasiliense/CNPQ. São Paulo, SP. P. 144-327.
- Oliver-Smith, A. 1996. Fighting for a Place: The Policy Implications of resistance to Development-Induced. In C. MacDowell ed., Understanding Imporerism: The Consequences of Development-Induced Displacement. Berghahn Books, Providence, Oxford. pp.77-97.
- Schmink, M. & Woods, C.H. 1984. Frontier Expansion in Amazonia. Gainesville: University Press.
- Velho, O. 1979. Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia. Petropolis, Vozes.
- Wagley, C. 1968. Amazon Town. A Study of man in the Tropics. New York: Alfred A. Knopf.
- 1985. The Amazon Caboclo. In V.H. Sutlive et alii eds., The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives. Studies in Third World Societies. Williamsburg, Virginia.
- Wetterberger, G.B. et alii. 1985. Decade of Progress for South American National Parks. 1974-1984. Washington: National Park service. U.S. Department of Interior.